Parte 1: Introdução ao Sistema Único de Saúde (SUS) **Uma provocação**

Lana Bleicher
Taís Bleicher

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

BLEICHER, L., and BLEICHER, T. Uma provocação. In: *Saúde para todos, já!* [online]. 3rd ed. Salvador: EDUFBA, 2016, pp. 10-14. ISBN 978-85-232-2005-1.
<https://doi.org/10.7476/9788523220051.0002>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

PARTE I

Introdução
ao Sistema Único
de Saúde (SUS)

UMA PROVOCAÇÃO

Responda rápido: quanto vale sua saúde? Por quanto você a venderia? Se essas perguntas lhe causaram estranheza, talvez seja porque você ainda não tenha se dado conta de que, na sociedade contemporânea, a saúde pode ser tratada como uma mercadoria. Se alguém não pode pagá-la, o que se há de fazer? Que trate de encontrar almas caridosas que se compadeçam de sua situação.

Acontece que, quando aplicado à saúde, há furos nesse raciocínio mercadológico. Por exemplo: se eu quiser comprar um sapato, visito várias lojas até decidir qual comprar. Comparo preços, modelos, qualidades. Se nenhum me agradar, volto para casa e, outro dia, procuro novamente. Com a saúde, não: ninguém escolhe estar saudável, todos precisam estar saudáveis. A ninguém é dada a possibilidade de optar pela doença que deseja adoecer. Imagine o médico dando o diagnóstico ao paciente e este dizendo: “Ah não, doutor, insuficiência renal é uma doença muito cara, prefiro uma dor de barriga. Vamos negociar de novo, senão eu vou a outro médico”. Não dá para imaginar, não é?

Essa não é a única visão sobre o assunto. Há também os que consideram que saúde não pode ser tratada como mercadoria, pois a saúde é um bem; e não somente para quem a tem, mas para toda a coletividade.

O sapato comprado na loja vai beneficiar apenas a quem o adquiriu, enquanto que pessoas saudáveis são um recurso valioso de toda uma sociedade. Crianças doentes aprendem menos na escola. Trabalhadores doentes produzem menos. Idosos doentes requerem de toda a família cuidados maiores. Pessoas com doenças transmissíveis podem colocar em risco um grupo inteiro.

Portanto, podemos confrontar pelo menos duas visões diferentes: a de que saúde pode e deve ser comprada e a de que saúde pode e deve ser garantida às pessoas.

Dito isso, perguntamos: qual é a visão de saúde que predomina em nossa sociedade?

HISTÓRIA – PARA FAZER PENSAR

ERA UMA VEZ

Foi na encosta da Serra da Purpurina que nasceu a cidade de Musa Paradisiaca. No início, a economia da cidade era completamente centrada no cultivo de bananas, que eram exportadas *in natura* para o estrangeiro. O porto de São João, a linha de trem, tudo foi construído para facilitar o comércio exterior. Qualquer acontecimento que viesse atrapalhar o plantio e a comercialização da fruta símbolo da cidade virava logo motivo de preocupação do prefeito. Um desses, que provocou grande alvoroço, foi a terrível peste do soluço atípico que se abateu sobre a população.

Naquele dia, milhares de pessoas foram acometidas pelo horrível mal, e ninguém mais colhia bananas. Mesmo se alguém as colhesse, quem as transportaria até o porto? Mesmo se alguém as transportasse, quem as embarcaria nos navios? Se houvesse quem as embarcasse, que louco almirante permitiria que seu navio aportasse numa cidade empestada, arriscando assim a saúde de sua tripulação? Foi dessa feita que o primeiro serviço de saúde da cidade foi montado e, tendo à frente o irredutível doutor Heráclito, conseguiu erradicar a horrenda doença.

Mas a cidade se transformava. A prefeitura passou a incentivar o surgimento de indústrias na região. Para isso, ergueu hidrelétricas, siderúrgicas e o que mais fosse necessário para desenvolver o então incipiente parque industrial. Em pouco tempo, não era mais preciso mandar vir de fora, como antigamente, os demais produtos que não fossem banana. Nas novas e robustas indústrias, os trabalhadores iam se organizando. Não só iam constituindo sindicatos, mas também faziam vaquinhas, se cotizavam para ajudar uns aos outros. Dessa caixinha saía uma ajuda para o trabalhador que ficava doente ou um amparo à viúva do colega morto em serviço.

Num instante, o prefeito cresceu os olhos. Fez aprovar uma lei que colocava os sindicatos sob seu controle e também outra que controlava as caixinhas dos trabalhadores. Essas caixinhas cresceram e viraram uma grande rede. Só quem podia usá-la eram os trabalhadores que pagavam sua cota e seus dependentes. O resto da população ficava a ver navios, à mercê da caridade alheia.

O controle dessa rede ficava muito distante dos trabalhadores, e os recursos angariados eram usados para pagar grandes hospitais privados, que lucravam enormemente com o sistema e não precisavam prestar conta a ninguém daquilo que faziam ou deixavam de fazer...

Até que um dia a população decidiu mudar tudo.